

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

AO GESTOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MARKETING E AO GESTOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DA CIDADE DE NOVA FRIBURGO-RJ

OBJETO: CONTRARRAZÕES AO RECURSO
CONTRATO: PREGÃO ELETRONICO 174/2022 -

MJ WERMELINGER FERRAZ ME, em atenção ao recurso instruído no âmbito do procedimento licitatório de pregão eletrônico nº174/2022, nos termos do item 21.2 do Edital, vem respeitosamente perante esta municipalidade apresentar suas contrarrazões, pelo que passa a expor e a requerer o que se segue.

1 - DOS FATOS

A presente contrarrazão é interposta pela vencedora da licitação (pregão 174/2022) que, mesmo tendo cumprido com todas as exigências legais e edilícias, foi surpreendida com a interposição de recurso que, por sua vez, é fundamentado em fatos inverídicos na tentativa de excluir a ora recorrida do seu direito de contratar com a administração pública.

Nesse sentido, a recorrente argumentou da seguinte forma:

- A ora recorrida não apresentou a respectiva certidão negativa de débito municipal.
- A recorrida não possui índices financeiros saudáveis.
- A recorrida não possui atestado técnico com tempo mínimo razoável/exigido.
- A recorrida não apresentou o ART médico.

Dada a inveracidade dos fatos acima narrados, passaremos a afastá-los ponto a ponto.

2 - DO CABIMENTO E DA TEMPESTIVIDADE

Nos termos do item 21.2 do Edital, é facultado ao licitante, na hipótese de recurso admitido, apresentar suas contrarrazões no prazo de 3 (três) dias. Vejamos:

21.2 - Será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis, para o encaminhamento, por meio do sistema eletrônico, das razões do recurso, ficando as demais licitantes, após a apresentação das razões, intimadas a apresentar contrarrazões em igual prazo, também via sistema, contado do término do prazo do recorrente, sendo lhes assegurada vista dos autos.

Nesse sentido, sendo a presente contrarrazão apresentada no dia 19 de outubro, mostra-se tempestiva e cabível, devendo esta administração pública recebê-la de modo a corroborar com o não deferimento do recurso interposto. Superada as preliminares, passamos ao mérito.

3 - DO MÉRITO

Neste tópico passaremos a rebater item por item indicado no recurso interposto.

3.1 – QUANTO A SUPOSTA NÃO APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO DA FAZENDA MUNICIPAL

Argumenta o recorrente que a ora recorrida não apresentou certidão da fazenda municipal devendo, assim, ser impedida de contratar com a administração no âmbito desta licitação. No entanto, tão alegação não merece prosperar. Dispõe o Edital em seu item 18.4, vejamos:

18.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

A recorrida, conforme documentação (ato constitutivo), possui sede na cidade de CARMO-RJ, sendo esta, por consequência, a que deve ser utilizada como referência para emissão da respectiva certidão, seja CRTM ou CND.

Outra não é a literalidade do art. 29, inciso III, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 8.666/1993 e 13.144), como também o disposto no art. 68, inciso III, do novo marco regulatório das aquisições públicas (Lei Nacional n.º 14.133/2021).

Vejamos do trecho da lei:

Art. 68. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a Verificação dos seguintes requisitos:

III – a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

Como visto, as disposições legais aduzem que a documentação relativa à regularidade fiscal consistirá, dentre outros elementos, na prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

Nota-se que a certidão municipal prolatada pela norma refere-se à do município onde a empresa possui sede ou domicílio, podendo coincidir ou não com o local da realização da licitação.

Nesse sentido, a recorrida apresentou devidamente a certidão do seu município sede, qual seja, a cidade de CARMO-RJ que, por sua vez, dispõe de uma certidão universal, nos termos da legislação, municipal, vejamos.

anexo aos documentos de habilitação a referida certidão;

Ato contínuo, fora apresentada tão somente uma certidão pois em 2020, por meio da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 006/2020, restou estabelecido a unificação das certidões, criando-se então a Certidão de CCND-E (Certidão Conjunta Negativa de Débitos Eletrônica).

Dispõe o artigo 1º da referida instrução normativa, sobre a referida Certidão Unificada, vejamos:

Art. 1º. A prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal será efetuada mediante apresentação de certidão única, expedida pela Fazenda Municipal de forma eletrônica através do site oficial, a qual fará referência a todos os créditos de taxas e impostos municipais do exercício e inscritos em dívida ativa com exigibilidade suspensa.

Além disso, se o licitante quisesse que fosse exigida certidão em relação ao próprio município de Nova Friburgo bastaria citar expressamente no Edital, a exemplo do que foi feito na hipótese do item 19.1.1, vejamos:

19.1.1 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

Nesse sentido, não havendo disposição expressa em Edital ou na lei de que deve haver também certidão do município licitante e não apenas do local sede da concorrente, fatalmente, não pode ser exigida tal obrigação das partes.

Assim, não há qualquer descumprimento de obrigação por parte desta recorrida, não merecendo prosperar as alegações do recorrente que, claramente, quer tumultuar o certame, visando obter vantagem indevida.

3.2 QUANTO A SUPOSTA AUSÊNCIA DE ÍNDICES FINANCEIROS SAUDÁVEIS

Argumenta a recorrente que esta vencedora/recorrida não apresenta índices financeiros saudáveis que autorizem sua contratação pela administração pública nos termos da lei e do Edital, vejamos:

“Note que no balanço apresentado foi informado que a empresa fechou ano com PASSIVO de R\$ 759.660,88, ou seja passivo como nome diz é perda comprometimento já nos índices declarados de liquidez este número virou ATIVO CIRCULANTE, ou seja patrimônio atingindo assim número positivos porem com dados errados ou seja a empresa não tem boa situação financeira como seu balanço mesmo corrobora bem como seus índices estão fora da realidade” (SIC).

Apesar de confuso o argumento apresentado, a recorrida/vencedora esclarece que cumpriu com os exatos termos do Edital e da Lei.

Dispõe o Edital nos itens 19 e seguintes, vejamos:

19.2 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

19.3 - Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

Foi apresentado, em tempo e modo, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

Os índices foram realizados através do balanço patrimonial, e o mesmo está correto e elaborado dentro das terminações das Normas Brasileiras de Contabilidade, não tendo a recorrente apontado especificamente qual o suposto descumprimento da obrigação por parte da recorrida.

Conforme trecho abaixo, os índices encontramos superam o valor mínimo descrito em Edital, alcançando o importe de 1,25.

Segundo Assaf Neto (2002, p.171), os índices de liquidez evidenciam a situação financeira de uma empresa frente a seus diversos compromissos financeiros.

O Índice de Liquidez Geral (ILG) revela a liquidez, tanto a curto como a longo prazo, e é utilizada como medida de segurança financeira da empresa a longo prazo, revelando sua capacidade de saldar todos seus compromissos.

O Índice de Liquidez Corrente (ILC) indica o quanto existe de ativo circulante para cada \$1 de dívida a curto prazo, portanto, quanto maior a liquidez corrente, mais alta se apresenta a capacidade da empresa em financiar suas necessidades de capital de giro.

Conforme documentação contábil, de forma cristalina, o ativo circulante era de R\$ 759.660,88 (setecentos e cinquenta e nove mil seiscentos e sessenta reais e oitenta e oito centavos) que, se dividido sobre o passivo circulante alcança o índice de 1,25, conforme índice e balanço anexo aos documentos de habilitação.

Nesse sentido, mais uma vez, suas alegações não merecem prosperar.

3.3 QUANTO A SUPOSTA AUSÊNCIA DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA FORNECIDO COM O OBJETO E QUALIDADE COMPATÍVEL À EXIGIDA NESTE EDITAL

Neste tópico argumenta a recorrente que a ora recorrida não apresentou atestado de capacidade técnica com a qualidade e objeto compatível, desconsiderando totalmente o documento juntado pela ré, chegando, inclusive, a suscitar a prática de crime por parte desta e do agente público que emitiu o certificado.

Dispõe o Edital em seus itens 20.1 e 20.2, vejamos:

20.1 Comprovar, através de, no mínimo 1 (um), Atestados de Capacitação Técnica, ter a empresa fornecido o objeto em qualidade compatível à exigida neste Edital. Esses documentos deverão ser emitidos, em papel timbrado, pelo órgão público ou pela empresa privada que foi atendida.

20.2 Os Atestados de Capacidade Técnica deverão conter em destaque: data de início e termos dos serviços, local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(s) técnico(s), seu título profissional e número de registro no nos Órgãos competentes, especificações e demais dados técnicos com informações detalhadas sobre o quantitativo executados;

Pois bem, o recorrido/vencedor apresentou os atestados anexos aos documentos de habilitação cumprindo com a obrigação prevista na lei e no Edital.

E que não se diga que os prazos dos serviços prestados constantes na certidão não atendem ao Edital. Ora, além de não existir em Edital obrigação relativa a comprovação por tempo ou época, tal submissão é vedada expressamente pela lei, tanto a 8666/93 quanto a 13.144/21, vejamos:

Art. 30, § 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

Já a lei 13.144 há a mesma vedação, vejamos:

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

Além disso, a própria lei 13.144/21 autoriza que o Atestado técnico não seja critério utilizado para efeito de aptidão técnica, podendo o licitante valer-se de outro critério, vejamos:

§ 3º Salvo na contratação de obras e serviços de engenharia, as exigências a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas em regulamento.

Nesse sentido, o Atestado apresentado cumpre com todas as obrigações legais e de Edital, não havendo qualquer motivo que impeça a recorrida/vencedora de contratar com a administração pública.

3.4 NÃO APRESENTOU ART MÉDICO RT

Nesse tópico argumenta o recorrente que esta vencedora/recorrida não apresentou o ART médico, conforme exigido em Edital.

Vejamos do trecho do recurso:

“Não apresentou certidão do RT medico, ou seja o registro do seu ART apenas apresentou certidão de um médico no CRM e a certidão da empresa no CRM, existe o ART que não foi apresentado” (SIC)

No entanto, a alegação da recorrente não merece prosperar, pois contraria disposição legal expressa, demonstrando sua má fé ou desconhecimento da lei.

Dispõe o Edital:

20.4 Registro da empresa e de seus responsáveis técnicos no Conselho Regional ou Federal.

anexo aos documentos de habilitação, encontra-se a referida certidão apresentada pela vencedora que, por sua vez, traz em seu texto expressamente que o referido apenas é emitido quando a solicitante apresentar estar regular, inclusive com a respectiva ART.

Como se percebe, a própria certidão do CREMERJ já cita as Lei 6.839 de 30/10/1980 e Resoluções CFM nº 997 de 23/05/1980 e 1.980/2021 que expressamente dispõem que a emissão dessa certidão está submetida à responsabilidade técnica do médico perante a empresa.

Nesse sentido, trata-se de documento que por si só é capaz de atestar mais do que o necessário ou exigido no presente certame, não podendo servir de fundamento que impeça a adjudicação do contrato e sua respectiva contratação.

4 - DA APURAÇÃO DA EVENTUAL IMPUTAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME

No recurso apresentado, o recorrente faz suposições que, claramente, visam derrubar a lisura e transparência do presente procedimento licitatório e, ainda, deixando dúvida quanto a honestidade dos agentes públicos responsáveis por este pregão assim como da licitante. No entanto, tais afirmações configuram prática de crime

“Porem a empresa vencedora , apresentou tão somente um atestado de serviço médico e com prazo de execução de

PASMEM 4 dias e dado pela PRÓPRIA secretaria que FAZ A LICITAÇÃO fato este não proibido porem MUITO ESTRANHO ou seja o atestado apresentado não condiz com serviço solicitado , que é administração de ambulatório (posto médico) , o mesmo TAO SOMENTE se refere a uma parte do serviço ,e não atingiu nem 4% do quantitativo do SERVIÇO LICITADO Note que a empresa não comprova capacidade de administração de posto médico nem experiência do mesmo , ou seja não comprava capacidade nem qualificação técnica de gerir equipes e quantitativo pessoal da era de saúde Apenas prova que trabalhou para secretaria licitante APENAS POR 4 DIAS e PASMEM só para ela pois não anexou nenhum outro atestado que comprovasse outro serviço executados salientamos que em licitação de serviços no mínimo é exigido 1 ano de comprovação na área do serviço licitado. Claro que há sempre bom senso , mas de um ano para 4 dias e um único atestado apresentado e ainda emitido pela própria secretaria licitante é no mínimo CURIOSO, para não falar estranho e patético salientamos também que as exigências do atestado (nome de responsável técnico e qualificação) são proibidas pela lei de licitação , mas nos causou estranheza a empresa apresentar um atestado de 2020 com toda descrição do exigido no edital , mesmo que não seja correta , ou seja a dois anos atrás a empresa conseguiu um único serviço na secretaria licitante , teve um DEJAVU , e um ato PREMONITÓRIO e fez um atestado igual ao solicitado no pregão dois anos depois , como itens e exigência errados , porem seriam usados para INABILITAR propenso vencedores que agisse na forma da lei, ou seja atestado com descrição de serviço tão somente.” (SIC)

Como se percebe, o recorrente imputa expressamente aos agentes públicos e à recorrida/vencedora suposta prática de crime (corrupção passiva/ativa/concussão). Ocorre que, comete crime quem imputa falsamente à terceiros e/ou agentes públicos condutas criminosas relacionadas ao exercício de sua profissão, merecendo, assim, a devida resposta por parte do poder judiciário.

DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Pelo exposto requer seja a presente contrarrazão seja recebida e na totalidade atendida a pretensão da defesa para que o recurso instruído seja indeferido, em razão de toda a regularidade dos atos praticados, procedendo com a adjudicação do objeto para a MJ WERMELINGER FERRAZ ME com a devida homologação.

Seja aberto processo administrativo sancionador para apurar conduta da recorrente que, expressamente, em recurso, imputou aos agentes públicos responsáveis pelo presente certame conduta criminosa ao supostamente favorecer um particular em procedimento licitatório.

Seja o recorrido/vencedor devidamente intimado sobre as movimentações do presente recurso.

Nova Friburgo-RJ, 19 de outubro de 2022.

MJ WERMELINGER FERRAZ ME

Voltar